
**ESCOLA, FAMÍLIA E GESTÃO ESCOLAR: UMA BREVE
DISCUSSÃO TEÓRICA SOBRE OS NOVOS DESAFIOS NO CONTEXTO
CONTEMPORÂNEO**

Raidalva Bastos Alves Melo

RESUMO: O presente trabalho traz uma discussão teórica sobre a importância de ações que visam promover a integração entre escola, família e gestão escolar. Considerando os vários fatores fundamentais no contexto contemporâneo, se faz necessário que a família acompanhe o processo de aprendizagem do estudante para que o desenvolvimento seja significativo na escola e dentro da conjuntura familiar. A relação efetiva entre escola, família e a gestão escolar democrática pode promover o fortalecimento nos processos pedagógicos educacionais e estabelecer uma conexão colaborativa nas comunidades. Desse modo, para que as escolas e as famílias consigam superar os novos desafios que vêm enfrentando na educação, no contexto contemporâneo é fundamental uma posição mais efetiva e participativa por parte dos envolvidos.

Palavras-chave: escola, educação, família, gestão participativa.

RESUMEN: El presente trabajo trae una discusión teórica sobre la importancia de acciones que buscan promover la integración entre escuela, familia y gestión escolar. Considerando los diversos factores fundamentales en el contexto contemporáneo, se hace necesario que la familia acompañe el proceso de aprendizaje del estudiante para que el desarrollo sea significativo en la escuela y dentro de la coyuntura familiar. La relación efectiva entre escuela, familia y la gestión escolar democrática puede promover el fortalecimiento en los procesos pedagógicos educativos y establecer una conexión colaborativa en las comunidades. De este modo, para que las escuelas y las familias consigam superar los nuevos desafíos que vienen enfrentando en la educación, en el contexto contemporáneo es fundamental una posición más efectiva y participativa por parte de los involucrados.

Palabras clave: escuela, educación, familia, gestión participativa.

INTRODUÇÃO

O processo educativo, contemporâneo, advém de uma lógica em que coloca as escolas na condição de lugares privilegiados, onde ocorre a construção da cidadania e o contato com as práticas sociais. A gestão escolar amparada nos princípios democráticos apresenta transformações positivas na educação. Interligando a prática docente ao importante papel desempenhado pela família, é possível perceber mudanças positivas dentro do ensino básico.

Destaca-se que a aprendizagem está ligada aos métodos de aquisição de novas informações e desenvolvimentos, como por exemplo, produzir conhecimento no ambiente escolar. Por mais que tenha as múltiplas formas para conceituar aprendizagens, entendemos que o grau de importância entre prática docente, gestão escolar democrática e a família é indispensável na vida do educando.

As dificuldades de aprendizagens em suas diferentes dimensões conglomeram vários fatores, são eles problemas neurológicos que afetam a capacidade do cérebro para aprender, recordar ou comunicar informações.

Por essas e outras questões que enfatizamos o envolvimento efetivo da família no processo de aprendizagem dos estudantes. Do ponto de vista teórico, este trabalho se orienta pelas possibilidades de expandir a compreensão e, em alguns aspectos, elucidar a importante relação entre escola, família e gestão democrática.

Além de legitimar de forma considerável o seu espaço dentro da educação básica na atualidade, parte-se do pressuposto, de que o desempenho da família aliado ao trabalho da gestão participativa possui função preponderante para o desenvolvimento educacional.

A educação dos jovens brasileiros, no mundo contemporâneo, deve-se basear nos principais resultados trazidos pelo conhecimento e experiências de vida, são de extrema relevância, que os mesmos possuam discernimentos para entender suas limitações e dificuldades, seus processos cognitivos e psicológicos, seus aspectos socioculturais no espaço de convivência, e busquem auxílio para solucionar as dificuldades de aprendizagem apresentadas ao longo da sua vida acadêmica.

GESTÃO ESCOLAR E OS DESAFIOS NO CONTEXTO CONTEMPORÂNEO

Para entender como se deu os desdobramentos da Gestão Escolar no Brasil, é necessário entender seus funcionamentos e suas peculiaridades. Acredita-se que a maioria das funções que permeiam a administração escolar já existia, não com as mesmas características da atualidade.

Já é amplamente reconhecido que a qualidade da educação se assenta sobre a competência de seus profissionais em oferecer para seus alunos e a sociedade em geral experiências educacionais formativas e capazes de promover o desenvolvimento de

conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias ao enfrentamento dos desafios vivenciados em um mundo globalizado, tecnológico, orientado por um acervo cada vez maior e mais complexo de informações e por uma busca de qualidade em todas as áreas de atuação (Luck, 2006, p. 12).

As transformações ocorridas nessa área não foram apenas na forma de gerir, foi, sobretudo nas compreensões teóricas e nos conceitos envolvendo suas atividades, é dessa forma que as reflexões em torno das mudanças advêm de uma determinada conjuntura histórica (Penin e Vieira, 2002).

Contextualizando a história da educação, percebe-se que houve expressivas mudanças, no período em que os jesuítas chegaram ao Brasil, trouxeram um ensino pautado nos dogmas da Igreja Católica. O estudo era voltado para determinados interesses da época, afirma-se que os filhos dos colonizadores, eram os privilegiados, visto que a educação não era um direito de todos. Com a saída dos jesuítas nasce uma educação pública onsubstanciada pelo governo e voltada exclusivamente para os interesses sociopolíticos.

Cuja finalidade era de constituir cidadãos comerciantes que acatassem as negociações daquele contexto, sem ocasionar desordem para o governo local. Por um longo período a educação brasileira permaneceu estagnada, até porque, não era interessante para os portugueses investir na educação do povo brasileiro, a preocupação maior era em torno da mão de obra mecânica e direcionada, mas com a chegada da família real no Brasil, ocorreram transformações nessa esfera, que refletem até hoje (Mattos, 1958).

Em decorrência de algumas situações demográficas, foi preciso encaminhar a educação para as diferentes áreas trabalhistas, uma vez que o governo imperial acreditava que deveria existir uma relação cordial entre o trabalho, a educação e a população. Nesse período a escola era constituída a partir de divisões de cursos profissionalizantes, o conhecimento profissional e agrário era o suficiente para formar e diplomar os colonos para a vivência. Não era da responsabilidade dos jesuítas transformar os estudantes em seres pensantes, críticos e autônomos (Neves, 1993).

As mudanças ocasionadas favoreceram economicamente para o crescimento do país e aumento dos interesses financeiros do Império. Foi a partir do século XIX que a educação teve um papel decisivo na vida das mulheres, crianças e negros. Neste período os professores não possuíam boas condições de trabalho, criou-se um cargo de diretor geral dos estudos, através do referido cargo que se estabelecia as regras e exigências para os professores. *“Os professores passaram a gozar do direito dos nobres, o diretor geral proibia o ensino público ou particular sem licença e*

designava comissários para o levantamento sobre o estado das escolas e professores”. (Ribeiro, 2005, p. 33).

O governo da época temia que a educação fosse um veículo transmissor de ideias, transformação social e política. A educação, no entanto, continuou a ter uma importância secundária. A prioridade principal era o abastecimento pessoal do governo, onde se aproveitavam da mão de obra barata para ampliar suas riquezas e dar segmentos ao ensino voltado para o trabalho braçal.

O ensino jesuítico, por outro lado, conservado a margem, sem aprofundar a sua atividade e sem preocupação outras senão as do recrutamento de fiéis ou de servidores, tornava-se possível porque perturbava a estrutura vigente, subordinava-se aos imperativos do meio social, marchava paralelo a ele. Sua marginalidade era a essência de que vivia e se alimentava. (Sodré, 1994, p. 17).

Compreendendo a cultura como um elemento social pode-se afirmar que os componentes responsáveis pela formação da sociedade são orientados pelo progresso, pelo experimento de produção e de obrigações, ensino, instrução, conhecimentos, arte e ambientes que propiciam todos esses valores. Acredita-se que ainda existem lacunas nas informações que carregam a história da educação no Brasil, é necessário questionar criticamente os sentidos que impedem o avanço educacional na contemporaneidade (Werebe, 1997).

A Constituição Cidadã de 1988 que designou a Gestão Democrática ao Ensino Público se tornou um ponto crucial na história da educação brasileira. Constituindo desse modo a garantia dos fundamentos da gestão para a educação pública, com a referida lei, o aparelhamento escolar adquiriu uma nova característica, sendo ela pautada nos discernimentos da gestão escolar. Antes essa organização se embasava nos aspectos administrativos sistemáticos, atualmente segue-se um padrão de gestão com um modelo voltado para as ações democráticas.

Certamente a ideia de gestão democrática está vinculada à função social que a escola deve cumprir. Inicialmente, definimos gestão democrática como um tipo de gestão político-pedagógica e administrativa orientada por processos de participação das comunidades locais e escola (Progestão, 2001, p. 18).

Outra lei e não menos importante nesse processo foi a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 9.394, de 1996, também deu suas contribuições, vinculada à Constituição de 1988, com o mesmo intuito, aparece para ratificar o surgimento da gestão democrática. Salienta-se que essa lei foi uma das pioneiras a dar suporte a gestão no ambiente escolar, com objetivos de avaliar a atividade desenvolvida, a lei se preocupa com as questões sociais. É a partir das leis supracitadas que a escola adquire uma nova fase, voltada de certa forma para as questões sociais, isso não aconteceu de uma hora para outra, foram através de mudanças e muitas lutas (Brasil, 1996).

A política educacional assume posturas diferenciadas em decorrência das distintas transformações administrativas. Dentre essas modificações surgem as propostas pedagógicas, a laboração e a efetivação dos princípios determinados pelas leis citadas. É também neste contexto que a escola organiza tarefas específicas para a gestão pessoal e em benefício do coletivo. Outro aspecto importante da escola são as preocupações voltadas para o processo ensino e aprendizagem do educando, sua relação com a família e a comunidade, na maioria das vezes, essas questões não são levadas em consideração.

Nenhum tipo de administração escolar está voltado para a transformação social, alguns se preocupam em atender às necessidades e interesses do seu próprio grupo social que tem domínio nesse tipo de administração, se preocupando mais em manter *status quo*. Outros sequer conseguem agir contra tais causas, são deficitárias no que diz respeito à transformação da realidade em direção a uma administração organizada e avança socialmente (Paro, 1999, p. 12).

Diante dessas discussões não se deve esquecer que as escolas se beneficiaram com a inserção da gestão escolar democrática, adquiriu autonomia para se organizarem de acordo com seus projetos políticos pedagógicos. A oferta de uma educação multidisciplinar aos distintos grupos que compõem a escola corrobora para uma aprendizagem significativa.

Quando se discorre a respeito da Gestão Escolar, deve-se também recordar dos procedimentos que a compõem, uma vez que é fundamentada na disposição dos sistemas que englobam o Ensino de nível Federal, Estadual e Municipal. Possuindo normas que refletem na atuação da Gestão Escolar, essas organizações apresentam um desempenho a cumprir no conjunto educativo do país.

No que tange a educação básica, compete aos estados, distrito federal e municípios ofertá-la com responsabilidade e com todos os subsídios necessários. *“O interesse de grupos e organizações em colaborar com a escola, constituindo-se essa colaboração um campo fértil para a realização de parcerias é um grande desafio para os gestores escolares atuarem de forma colaborativa com a comunidade”*. (Luck, 2006, p. 33).

Cabe destacar que a distinção entre a gestão escolar e a gestão educacional, são os graus de responsabilidades que cada uma delas compartilha, sendo que levam a sério as normas atribuídas pelo sistema de ensino. As escolas individualmente devem elaborar e executar suas propostas pedagógicas condizentes com os critérios estabelecidos pelas leis e diretrizes educacionais vigentes.

Além de preocupar-se com o ensino-aprendizagem do aluno, a participação das famílias e das comunidades. Desse modo, percebe-se que a gestão escolar é entendida por meio das ações elaboradas pelos princípios da educação. Visto que a mesma se posiciona diretamente na unidade escolar, se encarrega dos afazeres que estão sob seu encargo, consistem em ofertar a educação e aprendizagem para todos os estudantes.

A possibilidade de uma ação administrativa na perspectiva de construção coletiva exige a participação de toda a comunidade escolar nas decisões do processo educativo, o que resultará na democratização das relações que se desenvolvem na escola, contribuindo para o aperfeiçoamento administrativo-pedagógico. (Hora, 2007, p. 49).

A educação brasileira foi marcada e reprimida pelos jesuítas, que em um dado período da história, receberam subsídio financeiro de Portugal, para catequizar e explorar a mão de obra indígena, ou seja, levar a “civilização” para os “desalmados”. O ensino era ofertado para a elite da época, onde prevalecia às relações de troca e interesse, a escola era vinculada ao catolicismo e tinha como finalidade educar os filhos dos abastados. Inquietação referente à Gestão escolar com alicerces nas concepções democráticas não foge da categoria histórica em que se determina e se reflete espaços demasiadamente complexos. Acredita-se que atualmente a Instituição de Ensino Público é um ambiente democrático, onde prevalecem pontos que contemplam o respeito mútuo e os aspectos responsáveis pela construção da cidadania.

A administração escolar está, assim, organicamente ligada à totalidade social, onde ela se realiza e exerce sua ação e onde, ao mesmo tempo, encontra as fontes de seus condicionantes. Para um tratamento objetivo da atividade administrativa escolar é preciso, portanto, que a análise dos elementos mais especificamente relacionados à administração e à escola seja feita em íntima relação com o exame da maneira como está à sociedade organizada e das forças econômicas, políticas e sociais aí presente (Paro, 2006, p. 13).

A cobrança de uma Gestão Escolar legitimamente participativa acende uma contestação em torno das práticas e dos distintos procedimentos dos agentes educativos. Apesar das mudanças, ainda se busca uma gestão escolar voltada para o princípio democrático e cooperativo nas escolas públicas. Acredita-se que a Instituição Pública é um ambiente democrático, onde se produz conhecimento com responsabilidade social.

A organização escolar entendida como comunidade democrática de aprendizagem transforma a escola em lugar de compartilhamento de valores e de práticas, por meio do trabalho e da reflexão conjunta sobre planos de trabalho, problemas e soluções relacionados à aprendizagem dos alunos e ao funcionamento da instituição (Libâneo, 2007, p. 316).

As funções do administrador escolar devem estar voltadas para os interesses da comunidade escolar como um todo. Fazem parte dessas funções: o estabelecimento de uma proposta que contemple todo o grupo; as condições seguras e justas para admissão, a promoção dos programas; as construções de objetivos definidos; o asseguramento de melhor coordenação entre os professores; o uso mais econômico de tempo do professor e aluno e a busca por melhores condições para realizar uma educação mais eficiente e igualitária. A intervenção para as melhorias das atmosferas que constituem a educação no país é baseada nas ações efetivas dos sujeitos envolvidos.

Na maior parte das vezes, a realidade das escolas ainda é de isolamento do professor. Sua responsabilidade começa e termina em sala de aula. A mudança dessa situação pode ocorrer pela adoção de práticas participativas, em que os professores aprendam nas situações de trabalho, compartilhem com os colegas, conhecimentos, metodologias e dificuldades, discutam e tomem decisões sobre o projeto pedagógico curricular, sobre o currículo, sobre as relações sociais internas, sobre as práticas de avaliação (Libâneo, 2007, p. 308).

Um dos fatores para compreender o processo educacional é justamente o modo como a cultura vem sendo evoluída dentro das exigências educacionais. A cultura é muito mais do que aquilo que a escola se encarrega de passar, ou até mesmo do que aquilo que a sociedade entende como valores a serem conservados através da educação.

Os processos de mudanças envolvem também as categorias educacionais, é necessário atentar para a Gestão Democrática da Educação como ponto inicial para a construção de uma educação mais moderna e eficaz. Precisam-se desconstruir os discursos enganadores que colocam a educação em condições de subalternidade, é indispensável que haja uma conscientização coletiva para melhoria da qualidade científica e social da educação (Gatti, 2005).

O discurso a respeito da conjuntura social associado aos reflexos da pós-modernidade, persistem em colocar a prática educativa como sendo uma realidade que não pode ser mudada, por esta razão o educando acaba sendo inserido a essa realidade. É neste aspecto que Paulo Freire (1996) afirma que esses discursos são ideologias fatalistas, imobilizantes e que fortalece o atual sistema. Quando o educador assume em sua experiência formadora o papel de sujeito de produção do saber, percebe que ensinar não é transmitir conhecimento, mas criar situações para produzi-lo dentro de um espaço.

O ser formador é aquele que está disposto a enfrentar as diferenças, se trata de seres históricos e inacabados que reconhecem que ensinar está ligado ao aprender. Ou seja, quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender, a produção do conhecimento está associada à prática educativa. Quando esta autenticidade é cobrada pelo exercício que envolve o processo ensinar e aprender, a docência caminha junto com os valores éticos (Freire, 1996). É dessa forma que se enxerga nas características do profissional do ensino uma possibilidade para melhorar as condições de trabalho, como também os espaços de pesquisas dentro do processo ensino e aprendizagem no ambiente escolar.

ESCOLA, FAMÍLIA E GESTÃO ESCOLAR

A participação da família ligada à gestão democrática no âmbito escolar pode melhorar situações negativas na escola. Cada estudante passa por um processo de evolução distinto, alguns estudam com maior facilidade enquanto outros estudam mais lentamente. É nessa ocasião que é de principal seriedade que a família em conjunto com a gestão escolar avalie particularmente o papel do estudante dentro dessa dimensão educacional.

Os constantes fracassos nas aprendizagens escolares seriam as causas das alterações nas relações sociais das crianças com dificuldades na aprendizagem, já que provocam nelas atitudes de rejeição em relação à escola e tudo o que a mesma significa, bem como o convencimento de que sua própria incapacidade é a causa de suas dificuldades de aprendizagem (Coll, 1997, p. 77).

Em determinados episódios, as estratégias de ensino não estão de acordo com as realidades trazidas pelos estudantes. Nesse sentido, o professor precisa rever a metodologia empregada para ensinar seu educando. Nem sempre se consegue identificar limitações de aprendizagem por parte dos estudantes, mesmo convivendo diariamente com eles na sala de aula. Para Coelho (1999), cada ser humano apresenta uma história diferente, uma necessidade diferente, uma expectativa diferente quando se relaciona com o outro, inclusive com a família e o professor.

Nesta perspectiva que a relação entre a família e gestão escolar se constitui a partir da realidade do educando, como este se transforma em suas diversas etapas da vida, quais os recursos de conhecimento que ele dispõe e a forma pela qual produz conhecimento e aprende. É preciso, também, que os estudantes se conscientizem que na escola ele pode desenvolver suas habilidades e competências, para que futuramente não deixem os estudos de lado. Entende-se que o grau de importância entre a leitura e a escrita é indispensável para os desenvolvimentos intelectuais dos estudantes.

O meio escolar deve ser um lugar que propicie determinadas condições que facilitem o crescimento, sem prejuízo dos contatos com o meio social externo. Há dois pressupostos de partida: primeiro, é que a escola tem como finalidade inerente a transmissão do saber e, portanto, requer-se a sala de aula, o professor, o material de ensino, enfim, o conjunto das condições que garantam o acesso aos conteúdos; segundo, que a aprendizagem deve ser ativa e, para tanto, supõe-se um meio estimulante (Lane e Codo, 1993, p. 174).

De acordo com os estudiosos as dificuldades de aprendizagens podem ser percebidas a partir de cinco grupos: dificuldades de leitura oral, dificuldade de leitura silenciosa, dificuldade da compreensão da leitura, dislexia e também de comportamentos agressivos.

A prática do professor em sala de aula é decisiva no processo de desenvolvimento dos educandos. Esse talvez seja o momento do professor rever a metodologia utilizada para ensinar seu aluno, através de outros métodos e atividades ele poderá detectar quem realmente está com dificuldade de aprendizagem, evitando os rótulos muitas vezes colocados erroneamente, que prejudicam a criança trazendo-lhe várias consequências, como a baixa-estima e até mesmo o abandono escolar. O que é ensinado e aprendido inconscientemente tem mais probabilidade de permanecer (Coelho, 1999 p. 12).

A importância das atividades humanas e sua ligação com o processo educacional é indispensável para uma proposta de educação transformadora. A escola possui um papel de extrema relevância na vida dos estudantes, como também para os gestores e professores. Todos os que compõem o grupo escolar estão cientes de que é função desse espaço elaborar estratégias viáveis para promover a construção e disseminação do conhecimento.

Faz-se necessário pensar em uma educação que contribua para o melhoramento da vida social dos estudantes, que seja voltada para as suas necessidades cognitivas e afetivas. Mediante a isso, que o apoio da família na gestão escolar se torna indispensável, por meio de suas ações, no cotidiano da escola corroboram na formação individual e coletiva dos educandos (Bossa, 2000).

CONCLUSÃO

Desta forma, as concepções da Gestão Escolar estão transversalmente ligadas aos princípios legais estabelecidos pela Lei Federal de 1988, e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Os procedimentos administrativos que englobam o pedagógico carecem se pautar nas questões mais precisas, onde prevaleçam os critérios político e, sobretudo, ético.

Mediante a isso, surge a importância de compreender as dimensões dos acontecimentos históricos e o apropriado papel da Gestão Democrática no contexto escolar. Os caminhos que intensifica a cultura de um povo podem ser definidos pelo progresso das ações educativas que foram sendo evoluídas ao longo do processo.

A gestão escolar na pós-modernidade reflete no desenvolvimento de outros campos de estudos, ambicionando a participação da família e de toda comunidade escolar para a tomada de decisões.

Acredita-se que a gestão escolar em ação colaborativa da família e da comunidade, pode-se desenvolver um trabalho significativo, que favoreçam na qualidade do ensino, para que todos os estudantes brasileiros possam desfrutar na educação pública um espaço democrático e que futuramente sejam capazes de atuar como cidadãos participativos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Bossa, N. A. (2000). Dificuldades de Aprendizagem. O que são? Como tratá-las? Porto Alegre. Artmed.
- Brasil. (1996). Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN. n. 9.394/96. Brasília. MEC.
- Coelho, M. T. (1999). Problemas de Aprendizagem. Porto Alegre. Editora Ática.
- Coll, C. (1997). Desenvolvimento psicológico e educação: Necessidades especiais e aprendizagem escolar. Porto Alegre. Artes Médicas.
- Freire, P. (1996). Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo. Paz e Terra.
- Gatti, B. A. (2005). Pesquisa, educação e pós-modernidade: confrontos e dilemas. Cadernos de Pesquisa, v. 35, n. 126, p. 595-608.
- Hora, D. L. (2007). Gestão democrática na escola. (14th ed.). Campinas. São Paulo. Papiros.
- Lane, S. T. M. & Codo, W. (1993). Psicologia social: o homem em movimento. São Paulo. Brasiliense.

Libaneo, J. C.; Oliveira, J. F. & Toschi, M. S. (2007). Educação escolar: políticas, estrutura e organização. São Paulo. Cortez.

Luck, H. (2006). Concepções e processos democráticos de gestão educacional. (2th ed.).

Rio de Janeiro. Vozes.

Mattos, L. A. (1958). Primórdios da educação no Brasil: o período heroico (1549-1570). Rio de Janeiro. Aurora.

Neves, F. M. (1993). Educação jesuítica no Brasil-colônia: a coerência da forma e do conteúdo. Dissertação de Mestrado. Universidade Metodista de Piracicaba.

Paro, V. H. (1999). Administração escolar: Introdução Crítica. (8th ed.). São Paulo. Cortez.

Paro, V. H. (2006). Gestão Democrática da Escola Pública. (3th ed.). São Paulo. Ática.

Penin, S. T. S. & Vieira, S. L. (2002). Refletindo sobre a função social da escola. In: Vieira, S. L. (Org.). *Gestão da escola: desafios a enfrentar*. Rio de Janeiro. DP&A Editora.

Progestão. (2001). Programa de capacitação à distância para gestores escolares. Módulo II. São Paulo. Câmara brasileira do livro.

Ribeiro, M. L. (2005). História da Educação Brasileira: A organização Escolar. (19th ed.). São Paulo. Autores Associados.

Sodré, N. W. (1994). Síntese de história da educação brasileira. (17th ed.). Rio de Janeiro. Bertrand Brasil.

Werebe, M. J. G. (1997). Grandezas e misérias do ensino no Brasil. (2th ed.). São Paulo. Ática.